



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14453 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

DISPUTAS EM TORNO DO SIGNIFICANTE GÊNERO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA LEITURA DISCURSIVA

Josiene Mazzini da Costa - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

DISPUTAS EM TORNO DO SIGNIFICANTE GÊNERO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UMA LEITURA DISCURSIVA

Resumo

Este estudo se propõe a analisar a inclusão/ou não do debate de gênero na mais atual política curricular nacional para a educação básica: a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), tanto quanto pensar como o significante gênero está sendo disputado na mesma. Busca-se uma aproximação com a perspectiva pós-estrutural para pensar gênero e currículo de forma articulada, em especial, a Teoria Política do Discurso - TD, através da qual as categorias de política e político foram trazidas como centrais. Assim, a partir de uma análise documental, realizou-se a leitura da política curricular investigando os significantes “sexualidade”; “sexuais”, “homossexuais” e “gênero”. A análise apontou que o significante “gênero” não é utilizado para pensar o debate em foco, que, no entanto, pode ser encontrado a partir de outras palavras. Gênero na BNCC está mais associado a uma perspectiva essencialista e biologicista, que busca reforçar o binarismo sexo/gênero. A partir das categorias de política e político é possível ler a BNCC como uma tentativa de sedimentação provisória e precária. Nesse sentido, o estudo busca ressaltar a impossibilidade de plenitude de qualquer hegemonia, tal como da significação do gênero.

Palavras-chave: Currículo, Política curricular, Debate de gênero, BNCC, Política e Político.

Introdução

Este estudo se propõe a pensar o debate de gênero na BNCC (2018) a partir da perspectiva pós-estrutural, em especial, a TD, desenvolvida por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau. Para isso, são centrais neste texto as categorias de política e político, haja vista sua potência para a reflexão acerca da política curricular, tal como do campo em que ela é produzida e hegemônica. De forma mais específica, busco analisar como o debate de gênero é incorporado/ ou não, na BNCC, mais do que isso, como gênero é significado nessa política. Com esse objetivo proponho uma análise atravessada pelas categorias apresentadas:

a política e o político O referencial teórico que sustenta este estudo é Mouffe e Laclau, em especial, as obras *Hegemonia e estratégia socialista* (2015), e *Sobre o político* (2015). Dito isso, para início de conversa, passo a tratar acerca das categorias política e político, para em seguida pensar a BNCC e refletir sobre as disputas em torno do significante gênero dentro da mesma.

A política e o político

Tendo em vista a centralidade da temática de gênero, não poderia deixar de considerar as categorias política e político tal como discutida por Mouffe (2015). Considero que tais categorias são potentes para pensar as questões de gênero a partir de um campo instável e vulnerável, ou, o que pode ser chamado de “terreno” do indecidível. A política é uma categoria que colabora para pensarmos as buscas por estruturação, sedimentação e fixação de sentidos tanto no discurso a respeito de gênero quanto nas políticas curriculares como movimentos que buscam sedimentar sentidos e estabelecer ordens no social a partir de hegemonias.

Ambas as categorias operam como dimensões inter-relacionadas, não há como pensar uma sem a outra, cabe, porém, tratarmos de suas distinções. Ancorada em Heidegger, Mouffe (2015) propõe uma diferenciação da política e do político a partir dos níveis ôntico e ontológico. No ôntico estaria inserida a política, já no ontológico, o nível do político. Mouffe (2015, p. 8) argumenta que a política tem como referência o campo empírico, ou seja, os fatos da atuação política. Nesse sentido, a política pode ser interpretada como “o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana” (ibidem), o que acontece sempre dentro de um contexto de disputas e conflitos produzido pelo político, não havendo qualquer possibilidade de inafastabilidade do conflito na dimensão política. O político nesse caso pode ser ligado à formação da sociedade, já que representa um campo de poder, conflito e antagonismo. Inclusive, Laclau e Mouffe (2015) vêm apontando o antagonismo como uma categoria específica do político, e a hegemonia como central para sua compreensão. Como destaca Borges (2015, p. 64) o político “se dá numa dimensão antagonica constitutiva não radicável, constitutiva da sociedade humana. Não cabendo ocultar/apagar os conflitos constituintes do processo de disputas por significação”.

Nessa mesma direção Lopes, Mendonça e Burity (2015, p. 21) vêm apontando que o social é politicamente construído, o que quer dizer que o político, como já mencionado, ganha centralidade por apontar e/ou demarcar o momento prioritariamente ontológico “[...] ou seja, o da instituição de uma nova lógica social em substituição a uma que lhe antecede. Ao mesmo tempo, o político não reinaugura tudo “do zero”” (Ibidem: 21). Não podemos perder de vista a temporalidade em questão, já que nenhuma ordem foi, é, ou será permanente e/ou definitiva, haja vista que:

[...] não há decisão política ou ordem estabelecida capaz de ocupar permanentemente o lugar da ordem em si. É somente pelo fato de a idéia mesma de Ordem ser um horizonte inalcançável – e ao mesmo tempo sempre requerido – que podemos falar de política e de hegemonia. Essencialmente precárias, contingentes, estas últimas marcam a infinitude de possibilidades de outras ordens, sempre incapazes de ocupar o lugar da Ordem permanentemente, pois esta última não possui qualquer conteúdo específico (Ibidem: 21).

Na medida em que são estabelecidas ordens no social a partir da hegemonização da política ocorrem processos de exclusão. Ou seja, toda ordem gera exclusão. Esse é um ponto crucial para a compreensão do que vem a ser a política e o político nesse referencial teórico. Estou reconhecendo assim que não é possível a uma política ser comum a todos, uma vez que ela não é capaz de atender completamente as demandas quando compreendido o caráter de exclusão da ordem. É nesse sentido que busco pensar a BNCC como uma política que, embora prometa atender a todos, gera exclusão de demandas.

A BNCC é uma política de centralização curricular que apresenta caráter normativo e prescritivo, tendo como proposta a reformulação dos currículos da educação básica em todo o território nacional. A partir desse documento foi definido um conjunto de aprendizagens “essenciais” que se espera que o aluno desenvolva. Em relação à sua estruturação, ele é preenchido, em grande parte, por tabelas referentes aos campos de experiências a serem trabalhados com os estudantes dentro do ambiente escolar.

No que se refere ao debate de gênero, ao longo do documento a temática de algum modo aparece, a meu ver, encoberta, por exemplo: na seção de apresentação da BNCC, um trecho em que o então ministro de educação Rossieli Soares da Silva destaca que a BNCC se compromete com a equidade esperada pela população brasileira daqueles que trabalham na educação (BRASIL, 2018, P. 5). Ao interpretar o significante equidade a partir da ideia de justiça, percebo que não poderia estar de fora desse significante as questões de gênero. Em seguida, na seção de introdução, a questão da justiça social e sua relação com a educação surgem novamente, mais uma vez associado com as questões de gênero, já que foi pontuado que a BNCC está orientada por princípios “[...] éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”, e supostamente reconhece pautada, no caderno de Educação em Direitos Humanos, que é dever da educação “[...] afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa [...]”, buscando construir conhecimentos capazes de desenvolver habilidades e construir/formar atitudes e valores pautados na LDB. (BRASIL, 2018, p. 7-9).

Na mesma direção do que foi dito na seção de introdução, a BNCC definiu como competências gerais da educação básica: a) “Valorização e utilização de conhecimentos que possam contribuir na formação de um país mais justo, pautado na democracia e na inclusão, [...] defender ideias e pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos [...] com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros [...]” (BRASIL, 2018, p. 9, grifo meu), c) Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas”; etc. Os trechos supracitados foram retirados das primeiras seções do documento, como já apontado. Coube, no entanto, analisar como gênero foi significado dentro dos quadros de conteúdos prescritos em cada área de conhecimento. Com esse objetivo de análise busquei no documento por significantes que pudessem ter sido utilizados para representar o debate de gênero. Assim, ao pesquisar por “sexualidade”, foram encontrados três resultados, o primeiro aparece na área de ciências, e diz que “Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária [...]” (BRASIL, 2017, p. 329). A segunda vez que ela aparece é no quadro de objetivos e conhecimentos de Ciências, na unidade temática “Vida e evolução” para o 8º ano e é pontuada como “Mecanismos reprodutivos / sexualidade” (BRASIL, 2017, p. 350). Por último, a palavra surge ainda na área de ciências para o 8º ano, agora nas habilidades, e é destacado da seguinte forma: “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (BRASIL, 2017, p. 351). Ainda nas buscas pela última palavra destacada apareceram outras, tais como “sexuais” e “homossexuais”. A primeira foi usada para destacar como habilidade, ainda na área de ciências, “Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso” (BRASIL, 2017, p. 351). Já a palavra “homossexuais” aparece como habilidade na área de História para o 9º ano da seguinte forma:

Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, Camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de

consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas (BRASIL, 2017, p. 433).

Ao pesquisar pela palavra gênero, foram encontrados 499 resultados, dos quais todos fazem menção a gênero no sentido das diferentes linguagens na área de Português. Ou seja, não há em nenhum ponto da Base, um documento composto por 600 páginas, a menção ao significativo gênero enquanto um debate acerca das violências de gênero. Cabe, no entanto, alguns comentários na discussão apreendida até aqui. A meu ver, diante da análise construída nesta seção, no pouco que o debate de gênero aparece na BNCC, claramente está associado a uma perspectiva essencialista e biologicista, que insiste no binarismo sexo versus gênero, em que o primeiro é defendido como natural, enquanto o segundo é lido como uma construção sociocultural. Em um único trecho o debate de gênero aparece – a partir do significativo “homossexuais”- como uma proposta que pode demonstrar algum empenho em tratar acerca da violência de gênero. Ressalto que pensar gênero numa perspectiva pós-estruturalista implica em romper com esse binarismo, já que, conforme aponta Butler (2003) o sexo e o gênero são produções discursivas e culturais. A meu ver, o que jaz no fundo desse desejo de centralização é uma tentativa de alinhamento biopolítico e econômico da sociedade em torno do neoliberalismo. O argumento moral é, nesse sentido, uma estratégia de alinhamento que funciona como aporte majoritário, como se a hegemonia já o fosse.

Algumas considerações

Com base na discussão apreendida ao longo deste resumo, cabem algumas considerações provisoriamente finais. Reconhecer que a política é um movimento que disputa e tenta a todo o tempo estabelecer ordens no social, mas dentro de um espaço em que a plenitude não é uma possibilidade, já que o antagonismo é constitutivo do político, implica em reconhecer que toda política é precária. Isso quer dizer que sempre é possível que as coisas sejam diferentes. Reconhecer assim a precariedade da BNCC, e compreender que se trata de uma hegemonia que nunca poderá ser definitiva implica reconhecer que nenhuma disputa está ou estará em algum momento encerrada. Dessa forma, por mais que a BNCC tente controlar a significação do gênero, para assim hegemonizar um debate de gênero essencialista que tenta impor um caráter natural ao sexo nada disso passará de uma tentativa fadada ao fracasso, já que a disputa pela significação não cessa. O que busco defender é que ainda que a BNCC represente a chegada a uma hegemonia em relação ao debate de gênero, o antagonismo sempre estará presente, ou seja, essa hegemonia não é soberana, afinal, as coisas sempre podem ser diferentes.

Referências

- BORGES, V. Espectros da profissionalização docente nas políticas curriculares para formação de professores: um self para o futuro professor. Tese (doutorado em educação) - Faculdade de Educação - UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, p. 167, 2015. Disponível em: <<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10386>>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: Acesso em: 10 maio. 2022.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236p.
- FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Do silêncio e seus sons: “diferenças” na Base Nacional Comum Curricular.
- LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A.R.Martins de; OLIVEIRA, Gustavo

Gilson Sousa de. Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo. Recife: Ed. UFPE, 2018.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Além da positividade do social: antagonismos e hegemonia. In: LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 63-230. (Coleção Contrassensos).

MOUFFE, Chantal. Sobre o político. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2015.